



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS PARTICIPANTES NA ASSEMBLEIA GERAL
DA PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA**

Sábado, 24 de Fevereiro de 2007

Queridos irmãos e irmãs

É para mim uma verdadeira alegria receber nesta Audiência os membros da Pontifícia Academia para a Vida, reunidos por ocasião da XIII Assembleia Geral, e quantos quiseram participar no Congresso que tem como tema: "*A consciência cristã em favor do direito à vida*". Saúdo o Cardeal Javier Lozano Barragán, os Arcebispos e Bispos aqui presentes, e os irmãos sacerdotes, os relatores do Congresso e todos vós, vindos de diversos países. Saúdo de modo particular o Arcebispo D. Elio Sgreccia, Presidente da Pontifícia Academia para a Vida, a quem agradeço as amáveis palavras que me dirigiu e o trabalho que está a realizar juntamente com o Vice-Presidente, o Chanceler e os membros do Conselho Directivo, para cumprir as delicadas e vastas tarefas da Academia Pontifícia.

O tema que propusestes à atenção dos participantes, e portanto também da comunidade eclesial e da opinião pública, é de grande relevância: com efeito, a consciência cristã tem a necessidade interior de se alimentar e de se fortalecer com as múltiplas e profundas motivações que militam em favor do direito à vida. É um direito que deve ser sustentado por todos, porque se trata de um direito fundamental em relação aos outros direitos humanos. Afirma-o com vigor a Encíclica *Evangelium vitae*: "Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo o homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. *Rm 2, 14-15*), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo o ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política" (n. 2).

Esta mesma Encíclica recorda que, "de modo particular, devem defender e promover este direito

os crentes em Cristo, conscientes daquela verdade maravilhosa, recordada pelo Concílio Vaticano II: "Pela sua encarnação Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem" (*Gaudium et spes*, 22). De facto, neste acontecimento da salvação revela-se à humanidade não só o amor infinito de Deus, que "amou de tal modo o mundo, que lhe deu o seu Filho único" (Jo 3, 16), mas também o *valor incomparável de cada pessoa humana*" (*Evangelium vitae*, 2).

Por isso, o cristão é continuamente chamado a mobilizar-se para enfrentar os múltiplos ataques aos quais o direito à vida está exposto. Nisto, ele sabe que pode contar com motivações que têm profundas raízes na lei natural e, portanto, que podem ser compartilhadas por todas as pessoas de consciência recta. Nesta perspectiva, sobretudo depois da publicação da Encíclica *Evangelium vitae*, muito se realizou a fim de que os conteúdos de tais motivações pudessem ser melhor conhecidos na comunidade cristã e na sociedade civil, mas é necessário admitir que os ataques contra a vida, no mundo inteiro, se ampliaram e multiplicaram, adquirindo também novas formas.

São cada vez mais vigorosas as pressões para a legalização do aborto nas nações da América Latina e nos países menos desenvolvidos, mesmo com o recurso à liberalização das novas formas de aborto químico, sob o pretexto da saúde reprodutiva: incrementam-se as políticas do controle demográfico, não obstante já sejam reconhecidas como perniciosas também nos planos económico e social.

Ao mesmo tempo, nos países mais desenvolvidos aumenta o interesse pela investigação biotecnológica mais aprimorada, para instaurar subtis e vastas metodologias de eugenismo, até à busca obcecada do "filho perfeito", com a difusão da procriação e de várias formas de diagnóstico, que tendem a garantir a sua selecção. Uma nova onda de eugénica discriminatória encontra consensos em nome do presumível bem-estar dos indivíduos e, de maneira especial no mundo economicamente progredido, promovem-se leis para legalizar a eutanásia. Tudo isto acontece enquanto, sob outro ponto de vista, se multiplicam os impulsos em favor da legalização de convivências alternativas ao matrimónio e fechadas à procriação natural. Nestas situações a consciência, por vezes subjugadas pelos meios de pressão colectiva, não demonstra suficiente vigilância acerca da gravidade dos problemas em jogo, e o poder dos mais fortes debilita e parece paralisar inclusive as pessoas de boa vontade.

Por isso, é ainda mais necessário o apelo à consciência e, de forma particular, à consciência cristã. "A consciência moral, como diz o Catecismo da Igreja Católica, é um juízo da razão, pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um acto concreto que vai praticar, que está prestes a executar ou que já realizou. Em tudo quanto diz e faz, o homem está obrigado a seguir fielmente o que sabe que é justo e recto" (n. 1778). Desta definição sobressai o facto de que a consciência moral, para ser capaz de orientar rectamente o comportamento humano, deve em primeiro lugar alicerçar-se no fundamento sólido da verdade, ou seja, deve ser iluminada para reconhecer o verdadeiro valor das acções e a consciência dos critérios de avaliação, de maneira a saber distinguir o bem do mal, também onde o ambiente social, o pluralismo cultural e os

interesses sobrepostos não contribuem para isto.

A formação de uma consciência *autêntica*, porque está fundamentada na verdade, e *recta*, porque determinada a seguir os seus preceitos sem quaisquer contradições, sem atraçoamentos e sem compromissos, constitui hoje em dia um empreendimento difícil e delicado, mas imprescindível. E trata-se de uma empresa, infelizmente, impedida por diversos factores. Antes de mais nada, na actual fase da secularização chamada pós-moderna e caracterizada por inquestionáveis formas de tolerância, não somente aumenta a rejeição da tradição cristã, mas desconfia-se inclusive da capacidade que a razão tem de compreender a verdade e as pessoas afastam-se do gosto pela reflexão. Na opinião de alguns, para ser livre, a consciência individual deveria até renunciar tanto às referências às tradições como às que se fundamentam na razão. Desta forma a consciência, um acto da razão que tem em vista da verdade acerca das coisas, cessa de ser luz e torna-se um simples pano de fundo sobre o qual a sociedade dos meios de comunicação lança as imagens e os impulsos mais contraditórios.

É necessário reeducar para o desejo do conhecimento da verdade autêntica, para a defesa da própria liberdade de opção diante dos comportamentos de massa e das seduções da propaganda, para nutrir a paixão pela beleza moral e pela clareza da consciência. Esta é a tarefa delicada dos pais e dos educadores que os acompanham; e é tarefa da comunidade cristã, em relação aos seus fiéis. No que diz respeito à consciência cristã, ao seu crescimento e ao seu alimento, não nos podemos contentar com um contacto efémero com as principais verdades da fé na infância, mas é necessário percorrer um caminho que acompanhe as várias etapas da vida, abrindo a mente e o coração, a fim de que aceitem os deveres fundamentais sobre os quais está alicerçada a existência, tanto do indivíduo como da comunidade. Somente assim será possível levar os jovens a compreender os valores da vida, do amor, do matrimónio e da família. Só deste modo será possível levá-los a apreciar a beleza e a santidade do amor, a alegria e a responsabilidade de ser pais e colaboradores de Deus no acto de dar a vida. Na falta de uma formação contínua e qualificada, torna-se ainda mais problemática a capacidade de juízo nos problemas apresentados pela biomedicina, em matéria de sexualidade, de vida nascente e de procriação, como também no modo de tratar e curar os enfermos e cuidar das camadas mais frágeis da sociedade.

Sem dúvida, é necessário falar dos critérios morais que dizem respeito a estes temas com profissionais, médicos e juristas, em vistas de os comprometer na elaboração de um competente juízo de consciência e, neste caso, também uma corajosa objecção de consciência, mas uma igual urgência sobressai, a nível básico, para as famílias e as comunidades paroquiais, no processo de formação da juventude e dos adultos. Sob este aspecto, ao lado da formação cristã, destinada ao conhecimento da Pessoa de Cristo, da sua Palavra e dos Sacramentos, no itinerário de fé das crianças e dos adolescentes é preciso unir coerentemente o discurso sobre os valores morais, que dizem respeito à corporeidade, a sexualidade, o amor humano, a procriação, o respeito pela vida em todos os momentos, denunciando ao mesmo tempo com motivos válidos e

específicos os comportamentos contrários a estes valores primários. Neste campo característico, a obra dos sacerdotes deverá ser oportunamente coadjuvada pelo compromisso de educadores leigos, também especialistas, dedicados à tarefa de orientar as realidades eclesiais com a sua ciência iluminada pela fé.

Portanto, rezo ao Senhor a fim de que envie para junto de vós, estimados irmãos e irmãs, e para junto de quantos se dedicam à ciência, à medicina, ao direito e à política, testemunhas dotadas de consciência autêntica e recta, para defender e promover o "esplendor da verdade", em favor do dom e do mistério da vida. Caríssimos profissionais, filósofos, teólogos, cientistas e médicos, confio na vossa assistência. Numa sociedade às vezes ruidosa e violenta, com a vossa qualificação cultural, com o ensinamento e com o exemplo, podeis contribuir para despertar em muitos corações a voz eloquente e clara da consciência.

"Na verdade, o homem tem uma lei inscrita por Deus no seu coração ensinou-nos o Concílio Vaticano II. A sua dignidade está em obedecer-lhe e segundo ela será julgado" (*Gaudium et spes*, 16). O Concílio ofereceu sábias indicações, para que os leigos "aprendam diligentemente... a distinguir entre os direitos e as obrigações que lhes correspondem enquanto membros da Igreja, e os que lhes competem como membros da sociedade civil", e "procurem com diligência harmonizá-los uns com os outros, lembrando-se que em toda a ocupação temporal devem orientar-se sempre pela consciência cristã, pois nenhuma actividade humana, nem sequer na ordem temporal, pode subtrair-se ao império de Deus" (*Lumen gentium*, 36). Por este motivo, o Concílio exorta os leigos crentes a aceitar "tudo o que estabelecerem na Igreja os Pastores... como mestres e governantes"; por sua vez, "os Pastores reconheçam e tornem efectivas a dignidade e a responsabilidade dos leigos na Igreja; aproveitem de bom grado o seu conselho prudente...", e conclui que "desta convivência familiar entre os leigos e os Pastores há que esperar muitas vantagens para a Igreja" (*Lumen gentium*, 38).

Quando está em jogo o valor da vida humana, esta harmonia entre a função magisterial e o compromisso laical torna-se singularmente importante: a vida é o primeiro dos bens recebidos de Deus, e constitui o fundamento de todos os outros; garantir o direito à vida a todos, e de maneira igual para todos, é um dever de cujo cumprimento depende o futuro da humanidade. A importância deste vosso encontro de estudo sobressai também deste ponto de vista. Confio os vossos trabalhos e resultados à intercessão da Virgem Maria, que a tradição cristã saúda como a verdadeira "Mãe de todos os vivos". Que Ela vos assista e vos guie! Como penhor destes bons votos, desejo conceder a todos vós, aos vossos familiares e colaboradores a Bênção Apostólica.